

A detailed view of a medieval manuscript illumination. The central focus is two hands, one from a woman in a red dress and one from a man in a brown sleeve, holding a small green plant stem with blue flowers. The woman's hand is adorned with a pearl bracelet and a ring. The background is a rich red color with a green vertical stripe on the right. The entire scene is set against a dark background.

Alianças políticas matrimoniais na

Idade Média

MARIA FILOMENA COELHO (ORG.)

COLEÇÃO

MÉDIOEVUM
UnB


callandra



Conselho Editorial

Membros internos:

Prof. Dr. André Cabral Honor (HIS/UnB) - **Presidente**

Prof. Dr. Herivelto Pereira de Souza (FIL/UnB)

Prof.^a Dr.^a Maria Lucia Lopes da Silva (SER/UnB)

Prof.^a Dr.^a Ruth Elias de Paula Laranja (GEA/UnB)

Membros externos:

Prof.^a Dr.^a Ângela Santana do Amaral (UFPE)

Prof. Dr. Fernando Quiles García (Universidad Pablo de Olavide - Espanha);

Prof.^a Dr.^a Ilía Alvarado-Sizzo (UniversidadAutonoma de México)

Prof.^a Dr.^a Joana Maria Pedro (UFSC)

Prof.^a Dr.^a Marine Pereira (UFABC)

Prof.^a Dr.^a Paula Vidal Molina (Universidad de Chile)

Prof. Dr. Peter Dews (University of Essex - Reino Unido)

Prof. Dr. Ricardo Nogueira (UFAM)



*Atuante como sempre,
necessária como nunca*

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade de Brasília - BCE/UNB)

A398 Alianças políticas matrimoniais na Idade Média
 [recurso eletrônico] / Maria Filomena Coelho
 (org.). - Brasília : Universidade de Brasília,
 2023.
 261 p. il. - (Medioevum ; 1).

 Inclui bibliografia.
 ISBN 978-65-85259-16-3.

 1. Casamento - História - Idade Média, 600-
 1500. 2. Casamento - Aspectos políticos - Idade
 Média, 600-1500. I. Coelho, Maria Filomena (org.).
 II. Série.

CDU 392.5:32(09)

Alianças políticas matrimoniais na

Idade Média

Maria Filomena Coelho (Org.)



Coleção *Medioevum*

Organizadores: Maria Filomena Coelho

Ilustração de capa: *A Bridal Couple*, c.1470, óleo sobre painel, The Cleveland Museum of Art.

Título: Alianças Políticas Matrimoniais na Idade Média.

Volume: 1

Autor: VVAA

Local: Brasília

Editor: Selo Caliandra

Ano: 2023

Coleção: *Medioevum*

Parecerista: Marcelo Pereira Lima

Editoração e revisão: Maria Filomena Coelho e Geovane Cardoso Dias Sousa

Capa: Geovane Cardoso Dias Sousa

Produção: *Medioevum*



Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International (CC BY-NC-ND 4.0)

SUMÁRIO

Apresentação

Maria Filomena Coelho..... 6

1. As “bodas historiográficas” de Urraca de Leão e Castela (séc. XI-XII)

Ana Beatriz Sales Sobral..... 9

2. Teresa de Leão e seus casamentos: história e historiografia (séc. XI-XII)

Juliana Silva Santos..... 30

3. O coração do corpo: uma análise do modelo matrimonial nas *Siete Partidas*, de Alfonso X (séc.XIII)

Dayane Faria de Souza..... 53

4. Casar para acrescentar a linhagem: leis e costumes nas *Siete Partidas* (séc. XIII)

Amanda Oliveira de F. Junqueira..... 90

5. Casar para reinar: os enlaces políticos de Eleonor da Aquitânia (séc. XII-XIII)

Letícia Lopes de Santana..... 110

6. Casamentos políticos e poder feminino: as estratégias matrimoniais de Leonor e Berenguela de Castela (séculos XII-XIII)

Sophia Nery Mourão..... 146

7. A princesa de muitos noivos: os acordos matrimoniais de Isabel, a Católica

Yohanna Lima Japiassu Amaro..... 187

8. Representações políticas do matrimônio de Juana de Castela e Felipe de Habsburgo (séculos XV-XVI)

Marcos Vinícius Marinho Fernandes..... 228

APRESENTAÇÃO

Este livro é o belo resultado de um projeto, iniciado em 2015, com o objetivo de acolher pesquisas de iniciação científica para estudar os casamentos régios e nobiliárquicos na Idade Média, sob a perspectiva da História Política. Este campo tem estimulado nos últimos tempos abordagens que renovam a percepção dos historiadores relativamente ao poder, ao direito e às instituições.

O casamento, na qualidade de alicerce da sociedade cristã, adquire papel importante nas relações políticas dos diferentes reinos, bem como na estruturação de uma intrincada rede de solidariedades e fidelidades políticas nobiliárquicas e monárquicas. Assim, o projeto de pesquisa intitulado “Alianças políticas matrimoniais na Idade Média” pretendeu analisar alguns enlaces dentro do contexto em que foram gestados, de forma a perceber como os atores políticos envolvidos estabeleciam as alianças, e a compreender as lógicas adotadas numa dinâmica de cenários em construção, cujos resultados eram imprevisíveis.

A perspectiva sobre “o político” e “a política” adotada pelos jovens historiadores, que assinam os oito capítulos que compõem a obra, revelou-se extremamente profícua, na medida em que permitiu, por um lado, entrelaçar a concepção de matrimônio elaborada pelas sociedades medievais ao modelo social e político que lhe dava forma, e, por outro, identificar as diversas maneiras pelas quais as circunstâncias e interesses do cotidiano iam modulando aquela idealização. O casamento emerge, em cada um dos trabalhos, como instituição fundante, mas com suficiente elasticidade e plasticidade para traduzir a vida social e política.

O desenvolvimento dos trabalhos foi realizado no âmbito do grupo de estudos de história medieval da Universidade de Brasília (UnB) – atualmente,

Medioevum - que propicia a seus membros um ambiente de trocas intelectuais e acadêmicas, com permanente discussão dos resultados das pesquisas, integrando alunos da graduação e da pós-graduação. Tal experiência permite a elaboração conjunta de uma grade teórica e metodológica, essencial para a capacitação de futuros historiadores com apurada competência para refletir criticamente sobre o caráter construtivo da interpretação do passado. Dessa maneira, os frequentes seminários internos de debate são importantes etapas, em que se analisam a conveniência e a operatividade de teorias e metodologias adotadas, para responder aos problemas formulados pelos projetos individuais.

Em termos metodológicos, os trabalhos aqui reunidos têm em comum uma preocupação central relativamente às formas – documentais e historiográficas - das narrativas. No que respeita às fontes primárias, a variedade é grande: crônicas, compilações jurídicas, leis canônicas, tratados, correspondências, poemas, pinturas. Cada uma dessas tipologias documentais foi considerada com especial atenção sobre as maneiras como se supunha que elas deveriam se configurar e, principalmente, como deveriam “falar”.

Assim, os conteúdos, em termos de informação e mensagem, receberam tratamento adequado de modo a não serem ingenuamente incorporados à interpretação. No tocante à historiografia, atribuiu-se grande importância à tarefa de identificar as principais tradições interpretativas – tanto em trabalhos de síntese histórica como de caráter monográfico – com o intuito de desnaturalizar a percepção e o conhecimento sobre “formas do passado”, amplamente difundidas, inclusive em nível escolar. Essa análise revelou-se importante, principalmente devido ao viés institucionalista pelo qual o casamento tem sido estudado, mostrando a necessidade de analisá-lo numa perspectiva política renovada. Outro aspecto significativo criticado neste livro refere-se à forte tendência historiográfica em avaliar a eficácia dos casamentos régios a partir dos efeitos históricos já conhecidos, ou seja, sob espécie de “teleologia retrospectiva”.

A obra está organizada pela cronologia das personagens e seus casamentos. Mas é interessante notar também o entrelaçamento entre temas e autores. Os

capítulos agrupam-se aos pares. Os dois primeiros abordam, respectivamente, os casamentos das irmãs Urraca e Teresa de Leão, de autoria de Ana Beatriz Sobral e de Juliana Santos. Os seguintes, escritos por Dayane de Souza e por Amanda Junqueira, estudam a concepção do matrimônio nas *Siete Partidas*. O quinto e o sexto, de Letícia Santana e de Sophia Mourão, analisam os enlaces matrimoniais de Eleonor de Aquitânia, de sua filha, Leonor, e de sua neta, Berenguela de Castela. Os últimos capítulos, produzidos por Yohanna Amaro e Marcos Vinícius Fernandes, examinam os noivados e o casamento de Isabel, a Católica, e o de sua filha, Juana, a Louca. Tal configuração decorre da sinergia entre os autores, propiciando a escolha de temas comunicantes que se converteram em problemas de pesquisa comuns. Para além do adensamento dos resultados acadêmicos e intelectuais, o trabalho em conjunto estreitou também laços de amizade.

Brasília, 03 de janeiro de 2023.

Maria Filomena Coelho

6

Casamentos políticos e poder feminino: as estratégias matrimoniais de Leonor e Berenguela de Castela (séculos XII-XIII)

Sophia Nery Mourão

Os casamentos são importantes instrumentos na criação de redes de poder na Idade Média. Arranjados, muitas vezes pelas rainhas, eles serão o objeto de estudo analisado neste trabalho, que envolve as mulheres e os eventos ocorridos nos reinados de Alfonso VIII (1155-1214) e Fernando III (1201-1252) de Castela. Apesar de serem primordiais para a legitimação e continuação dinástica no medievo, o estudo desses enlaces e as suas estratégias nem sempre interessaram à historiografia, mas, quando o tema foi considerado, observa-se com frequência a incorporação das versões das crônicas, o que supõe um problema metodológico na interpretação do passado.

As mulheres protagonistas deste capítulo são Leonor (1160-1214) e Berenguela de Castela (1180-1246), mãe e filha, respectivamente. Leonor nasceu em Domfront, Normandia, em 1160, filha de Eleanor de Aquitânia (1122-1204) e de Henrique II de Inglaterra (1133-1189). Era irmã de Ricardo I (1157-1199) e possuía outros seis irmãos. Por ser a primogênita, as negociações para o seu matrimônio não tardaram a acontecer. Aos dez anos de idade, ela já havia sido prometida a Alfonso VIII de Castela, o qual acabara de fazer quatorze

anos e para o qual se procurava uma pretende para estabilizar a sucessão do reino.

Berenguela, a outra personagem que embasa nosso estudo, foi a primeira filha de Leonor e Alfonso VIII, nascida em Segóvia, em 1180. Além de princesa de Castela, foi rainha consorte de Leão, entre 1197 e 1204, época em que ficou casada com Alfonso IX (1171-1230). Antes desse matrimônio, houve a tentativa de casamento com Conrado de Staufen (1173-1196), mas que não chegou a se concretizar. Posteriormente, foi rainha regente de Castela, entre 1214 e 1217, quando ficou responsável pela tutela de seu irmão mais novo, Enrique I (1204-1217).

Esses matrimônios são analisados neste trabalho por meio das ações registradas da documentação sobre as duas mulheres, mas também pela maneira como a historiografia construiu esse papel feminino. Acrescentamos ainda a reflexão teórica proposta pelos estudos de *Queenship*, como intermediação e poder feminino, que ressalta o poder exercido de fato pelas mulheres, com variações contextuais.

Antes de nos debruçarmos sobre os matrimônios, é necessário conhecer as fontes e as suas intencionalidades, conectadas aos cronistas e ao contexto histórico em que foram escritas. Primordialmente, as crônicas selecionadas são importantes documentos para estudar o medievo, por constituírem narrativas encomendadas com o objetivo de construir a memória da família real e a difusão de seus feitos, sobretudo entre a própria nobreza do reino. Essas obras não pretendiam registrar todos os acontecimentos, mas operavam uma seleção da realidade histórica com vistas a preservar feitos gloriosos dos reis, grandes batalhas e decisões que os interessados consideravam relevantes de serem narradas. Portanto, as crônicas não são neutras e, para notar as tendências interpretativas dos cronistas, o historiador precisa estar atento às intencionalidades e às agendas políticas que orientam tais escritos.

Nesta pesquisa utilizam-se três crônicas. A primeira delas, em ordem cronológica, é de provável autoria de Juan de Soria (? - 1246), intitulada *Crónica*

latina de los reyes de Castilla, escrita entre 1223 e 1237.¹ Este cronista era bispo de Osma e escreveu sua obra durante o reinado de Fernando III, enquanto ocupou o cargo de chanceler real de Castela, até a morte desse monarca.

A segunda crônica, *Historia de los hechos de España*, é de Rodrigo Jiménez de Rada (1170-1247),² tendo servido para embasar outra importante narrativa, a *Primera Crónica General*, também utilizada neste trabalho. O cronista foi um intelectual e eclesiástico do século XIII, que viveu em diferentes cortes, embora tenha sido na de Alfonso VIII que desenvolveu a maior parte de suas atividades. Além disso, acompanhou Fernando III em diversas missões militares, tendo, portanto, testemunhado muitos dos acontecimentos políticos de Castela.

A terceira obra analisada é a *Primera Crónica General: Estoria de España*, de Alfonso X (1221-1284), escrita entre 1260 e 1274.³ Diferentemente das fontes anteriores, esta foi produzida quase cinquenta anos após a maior parte dos eventos narrados. De todo modo, trata-se de uma das principais referências para a historiografia, assim como as anteriores.

Dada a importância das três fontes, pensamos ser útil fazer uma comparação entre as crônicas e, por outro lado, delas com a historiografia, para percebermos diferentes níveis de compreensão sobre os referidos casamentos do século XIII. Como já apontado, o historiador precisa estar atento ao fato de que as agendas políticas dos cronistas perpassam as argumentações, fundamentando de maneira subjetiva seus propósitos. Assim, a proposta deste trabalho é perceber as intencionalidades dos cronistas e analisar como a historiografia considerou — ou não — as estratégias matrimoniais protagonizadas por essas mulheres. Leonor e Berenguela, como personagens políticos, são apresentadas de maneira variada, em contextos construídos em torno de

¹ SORIA, Juan de. *Crónica latina de los reyes de Castilla*. Tradução: Luis Charlo Brea. Cadiz: Universidad de Cadiz, 1984.

² JIMÉNEZ DE RADA, Rodrigo. *Historia de los hechos de España*. Tradução: Juan Fernández Valverde. Madrid: Alianza Editorial, 1989.

³ ALFONSO X. *Primera Crónica General: Estoria de España*. Editor: Ramón Menéndez Pidal. Madrid: Bailly-Bailliere e hijos, 1906.

questões diferentes, ainda que, frequentemente, suas ações se conectem e se justifiquem em função dos matrimônios.

Por conseguinte, os casamentos são atravessados por essas visões, resultado dos conteúdos das narrativas cronísticas que, muitas vezes, acabam por ser assumidos pela historiografia sem grande reflexão crítica que denote a consciência dos historiadores relativamente aos jogos e aos interesses políticos que deram forma a essa memória escrita.

“Los casamientos de diversas naciones suelen ser desgraciados”

As obras da historiografia selecionadas para esta pesquisa possuem propósitos variados e foram produzidas em diferentes épocas. Apesar disso, a distância temporal entre elas, muitas vezes, não altera os argumentos e as perspectivas apresentadas. A escolha recaiu sobre obras de síntese e também de caráter monográfico. Sobre as primeiras, o trabalho de Juan de Mariana⁴ é o mais antigo, datado do século XVII e editado no século XIX, e embora se refira apenas ao casamento de Berenguela, revelou-se útil como ponto de comparação historiográfico de longa duração. Outro historiador, Modesto Lafuente,⁵ cuja obra pertence ao século XIX, trata dos matrimônios de Leonor e Berenguela, inserindo-os no contexto político de Castela, de acordo com parâmetros historiográficos de sua época. As obras monográficas de Gonzalo Martínez Díez⁶ e José Manuel Cerda⁷ datam, respectivamente, de 2007 e 2016, e apesar de se afastarem temporalmente das primeiras, possuem argumentos semelhantes aos de Lafuente. As obras mais recentes de tipo monográfico são de Janna Bianchini⁸ e Miriam Shadis⁹, ambas referências em estu-

⁴ OBRAS *del padre Juan de Mariana*. Editor: M. Rivadeneyra. Madrid: [s.n.], 1854.

⁵ LAFUENTE, Don Modesto. *Historia general de España*. Barcelona, 1887.

⁶ MARTÍNEZ DÍEZ, Gonzalo. *Alfonso VIII, rey de Castilla y Toledo, 1158-1214*. Gijón: Ediciones Trea, S. L., 2007.

⁷ CERDA, *op.cit.*

⁸ BIANCHINI, Janna. *The Queen's hand, power and authority in the reign of Berenguela of Castile*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2012.

⁹ SHADIS, Miriam. *Berenguela of Castile (1180-1246) and political women in the high middle ages*. New York: Palgrave Macmillan, 2009.

dos sobre Berenguela de Castela. As demais obras de História Geral, ou de síntese, utilizadas foram produzidas a partir do século XX, de autoria de Luis Suárez Fernández,¹⁰ Vicente Álvarez Palenzuela¹¹ e Eduardo Manzano.¹²

Os autores e obras selecionados possuem perspectivas próprias de como se deve escrever a História, e a partir dessas diferenças e aproximações podem-se analisar os seus trabalhos e como eles se referem – ou não – aos matrimônios.

“La honró toda la vida con un amor y fidelidad nunca desmentidos...”

O matrimônio de Leonor com o futuro Alfonso VIII ocorreu no momento de sua chegada ao reino castelhano, inserindo-se em um contexto de negociações entre os reis de Castela e Aragão. Esses monarcas firmaram um acordo de ajuda contra outros reis cristãos, com exceção de Henrique II, da Inglaterra, considerado aliado. Assim, a união foi formalizada em setembro de 1170¹³ e utilizada como garantia do acordo selado.

Após a negociação do casamento, Leonor viveu em um contexto “conturbado” de Castela, segundo a avaliação de vários historiadores, como Gonzalo Martínez Díez,¹⁴ José Manuel Cerda¹⁵, Modesto Lafuente,¹⁶ Álvarez Palenzuela¹⁷ e Luis Suárez Fernández.¹⁸ A opinião predominante é de que o reino castelhano estaria vivendo um caos político causado pelo governo dos magnatas, promovidos por Sancho III antes de sua morte, aos quais o monarca teria encomendado a proteção do herdeiro, Alfonso VIII.

¹⁰ SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis. *Historia de España: Edad Media*. Madrid: Editorial Gredos, S.A., 1970.

¹¹ ÁLVAREZ PALENZUELA, Vicente Ángel. *Historia de España de la Edad Media*. Barcelona: Ariel, 2019.

¹² MANZANO MORENO, Eduardo. *Historia de España*. Barcelona: Crítica/Marcial Pons, 2010.

¹³ MARTÍNEZ DÍEZ, *op.cit.*, p. 41.

¹⁴ *Idem.*

¹⁵ CERDA, *op.cit.*

¹⁶ LAFUENTE, *op.cit.*

¹⁷ ÁLVAREZ PALENZUELA, *op.cit.*

¹⁸ SUÁREZ FERNÁNDEZ, *op.cit.*

Tratando propriamente sobre a imagem de “caos” das menoridades, Modesto Lafuente, no século XIX, oferece boa síntese da visão predominante da historiografia:

Desde Alfonso o sábio até o justiceiro, não há mais que eternas conspirações ou menoridades turbulentas, grande calamidade dos estados e devastação dos impérios, praga fatal com que mais que outra nação alguma tem sido castigada Espanha.¹⁹

O termo “nação” aplicado a Castela permite-nos compreender como no século XIX aquele reino é identificado com o estatuto que, muito depois dos séculos XII e XIII, viria a ser a Espanha. Portanto, uma visão nacionalista do passado, que os historiadores daquele período ajudaram a sedimentar por meio da História metódica.

Da mesma forma que Lafuente analisa as menoridades como um período anárquico do reino castelhano, Álvarez Palenzuela reforça o discurso do “caos”:

A morte de Sancho III abria um novo panorama nas relações peninsulares. Em Castela se constituía uma situação difícil, diante de um equilíbrio instável de poder que o monarca defunto quis manter encomendando a custódia do jovem rei a seu tutor, Gutierre Fernández de Castro, e a regência a Manrique Pérez de Lara.²⁰

Luis Suárez Fernández, outro importante historiador, entende que o período de menoridade seria “longo e cheio de perigos”,²¹ um panorama que muda totalmente após os matrimônios celebrados no período: o de Fernando II com Urraca de Portugal e o de Alfonso VIII com Leonor de Inglaterra. Seguindo a lógica interpretativa dos autores anteriores, José Manuel Cerda afirma:

¹⁹ “Desde Alfonso el Sabio hasta el Justiciero, no hay más que eternas conjuras ó menoridades turbulentas, gran calamidad de los estados y desolación de los imperios, plaga fatal con que más que otra nación alguna ha sido castigada España”. LAFUENTE, *op.cit.*, p. XLII, tradução nossa.

²⁰ “La muerte de Sancho III abría un nuevo panorama en las relaciones peninsulares. En Castilla se planteaba una difícil situación, ante un inestable equilibrio de poder que el monarca difunto quiso mantener encomendando la custodia del joven rey a su ayo, Gutierre Fernández de Castro, y la regencia a Manrique Pérez de Lara”. ÁLVAREZ PALENZUELA, *op.cit.*, p. 370, tradução nossa.

²¹ “Larga y llena de peligros”. SUÁREZ FERNÁNDEZ, *op.cit.*, p. 237, tradução nossa.

Após uma assembleia reunida em Burgos em 1169, os nobres castelhanos e o rei estabeleceram que o monarca deveria dispor-se ao matrimônio depois de uma menoridade difícil e prejudicial para a integridade política e territorial de Castela.²²

Desse modo, nota-se o peso que a menoridade possui para o enredo desses historiadores, e de que forma o casamento emerge como solução para o “caos político” provocado pelo governo dos magnatas. O discurso moldado pelas crônicas, como veremos adiante, seduziu a historiografia e se tornou a interpretação oficial, visto que a maioria das obras entende a menoridade de Alfonso VIII como um problema que deveria ser resolvido, mas apenas possível após os quinze anos de idade do monarca. Vale ressaltar que o monarca era órfão de mãe e pai, o que fragilizou ainda mais a base de sustentação do governo, visto que o papel da rainha regente era essencial nos contextos de menoridade.²³

Sobre o matrimônio de Leonor e Alfonso VIII, José Manuel Cerda,²⁴ Luis Suárez Fernández,²⁵ Lafuente,²⁶ Gonzalo Díez,²⁷ Juan de Mariana,²⁸ e Álvarez Palenzuela²⁹ consideram-no como a principal maneira de fortalecer o reino castelhano e garantir a continuidade dinástica.

Lafuente e Gonzalo Díez enfatizam a “felicíssima” escolha de tal união:

Desde a entrada em Toledo se vê o jovem rei Alfonso VIII obrar já mais como monarca, que como pupilo, ainda que, todavia, não tivesse alcançado a maioridade. Mas como fosse se aproximando dela, e com urgência de ter o cetro em suas mãos, convocaram-se as cortes em Burgos (1169), que se celebraram no ano seguinte (1170), com o duplo objetivo de encomendar logo o regimento do reino e

²² “Tras una asamblea reunida en Burgos en 1169, los nobles castellanos y el rey establecieron que el monarca debía disponerse al matrimonio después de una minoría difícil y perjudicial para la integridad política y territorial de Castilla”. CERDA, *op.cit.*, p. 65, tradução nossa.

²³ Agradeço a Luísa Tollendal Prudente pela importante observação acerca do protagonismo das regentes na Península Ibérica.

²⁴ CERDA, *op.cit.*

²⁵ SUÁREZ FERNÁNDEZ, *op.cit.*

²⁶ LAFUENTE, *op.cit.*

²⁷ MARTÍNEZ DÍEZ, *op.cit.*

²⁸ MARIANA, *op.cit.*

²⁹ ÁLVAREZ PALENZUELA, *op.cit.*

de lhe dar uma esposa, que se acordou que fosse a princesa dona Leonor, filha do rei Henrique II da Inglaterra, sem dúvida com a esperança de que por esse meio recebesse o condado de Gasconha que possuía o monarca britânico, e que fazia fronteira com os domínios de Castela pela parte de Guipúzcoa.³⁰

Nesse trecho, o autor aponta como fator primordial para o enlace os domínios do rei inglês, que passariam para Alfonso VIII, mas adiante destaca o nascimento de Berenguela, como consequência avalizadora da decisão política anterior:

[...] e desse cedo e feliz matrimônio nasceu já em 1171, a infanta Berenguela, que tão justa celebridade chegou a adquirir na história, e a quem seu pai se apressou para fazer reconhecer como herdeira do trono.³¹

O historiador destaca a importância que esse casamento teve para o reino de Castela, não somente como pacto, mas como desencadeador de efeitos futuros, pela via da descendência: Berenguela, a filha mais célebre.

No livro de Gonzalo Díez reproduz-se o discurso de Lafuente:

Apesar de se tratar de um enlace fundado em razões políticas, resultou um matrimônio felicíssimo durante os 44 anos que durou; da rainha, pondera a contemporânea Crônica Latina dos Reis de Castela, que era de elevados costumes, recatada e de grande prudência, e a Crônica Geral a desenha como de excelente educação, sossegada e muito bonita, muito caridosa, muito amável com seu marido e que sabia honrar no trato a todas as pessoas de seu reino, a cada um segundo seu estado, e a Crônica dos Vinte Reis

³⁰ Desde la entrada de Toledo se ve al joven rey Alfonso VIII obrar ya más como monarca que como pupilo, aunque todavía no alcanzase la mayor edad. Mas como se fuese ya aproximando á ella, y urgiese poner el cetro en sus manos, convocáronse cortes en Burgos (1169), que se celebraron al año siguiente (1170), con el doble objeto de encomendarle ya el regimiento del reino y de darle una esposa, que se acordó fuese la princesa doña Leonor, hija del rey Enrique II de Inglaterra, sin duda con la esperanza de que por este medio viniese á él el condado de Gasuña que poseía el monarca britano, y que confinaba con los dominios de Castilla por la parte de Guipúzcoa. LAFUENTE, *op.cit.*, p. 324, tradução nossa.

³¹ “[...] y de este temprano y feliz matrimonio nació ya en 1171 la infanta Berenguela que tan justa celebridad llegó á adquirir en la historia, y á quien su padre se apresuró á hacer reconocer como heredera del trono”. *Ibidem*, p. 325, tradução nossa.

escreverá: “A dona saiu muito ajuizada e muito entendida e muito boa e muito exuberante”.³²

Apesar dos historiadores analisados possuírem um distanciamento temporal de pouco mais de cem anos, ambos interpretam o matrimônio como um divisor de águas da história castelhana, e, além disso, o colocam como o grande protagonista da resolução de problemas do reino. Parece existir uma continuidade interpretativa na historiografia, mesmo quando uma obra tem um caráter mais de síntese historiográfica e a outra parecer mais dedicada aos personagens históricos. A maior parte da historiografia descreve Leonor de Inglaterra como uma mulher de bons costumes, mas o que atribui um peso maior a esse matrimônio é o fato de ela ser filha de Eleanor de Aquitânia e de Henrique II da Inglaterra.

Diferentemente de Gonzalo Díez e Lafuente, Luís Suárez Fernández e Álvarez Palenzuela interpretam o casamento de Leonor e Alfonso VIII em termos essencialmente estratégicos e instrumentais. Os domínios da Gasconha tornam-se o motivo essencial para essa união, uma lógica explicativa que se evidencia melhor se considerarmos a totalidade das obras, pois as guerras e as conquistas territoriais ocupam boa parte do enredo. Sobre o matrimônio, Luis Suárez Fernández afirma:

A boda se fez por mão aragonesa; juntos, ambos os monarcas foram a Saragoça (julho-agosto de 1170) e receberam logo em Tarazona a bela Leonor, que trazia um dote considerável de castelos, o senhorio de Gasconha, a fim de colocar também Alfonso VIII no complexo mundo do sul da França.³³

³² A pesar de tratarse de un enlace fundado en razones políticas, resultó un matrimonio felicísimo durante los 44 años que duró; de la reina pondera la coetánea *Crónica latina de los reyes de Castilla* que era de elevadas costumbres, recatada y de gran prudencia, y la *Crónica General* la dibuja como de exquisita educación, sosegada y muy hermosa, gran limosnera, muy amable con su marido y que sabía honrar en su trato a todas las gentes de su reino, a cada una según su estado, y la *Crónica de veinte reyes* escribirá: <La dueña salió muy sesuda e mucho entendida e muy buena e muy loçana. MARTÍNEZ DÍEZ, *op.cit.*, p. 43, tradução nossa.

³³ La boda se hizo por mano aragonesa; juntos ambos monarcas fueron a Zaragoza (julio-agosto de 1170) y recibieron luego en Tarazona a la bella Leonor, que traía una considerable dote de castillos en el aire, el señorío de Gascuña, a fin de implicar también a Alfonso VIII en el complejo mundo del sur de Francia. SUÁREZ FERNÁNDEZ, *op.cit.*, p. 245, tradução nossa.

De forma similar, Álvarez Palenzuela destaca:

Completava o quadro de relações internacionais, o matrimônio de Alfonso VIII com Leonor, filha de Henrique II; como dote, Gasconha, cuja efetividade era muito improvável, mas que interessava ao castelhano nos assuntos transpirenaicos, e o de Alfonso II com Sancha, meia-irmã de Fernando II, que teria lugar em janeiro de 1174.³⁴

Neste caso, ambos os historiadores enfatizam o dote como principal motivo para o casamento, porém não se questionam sobre os interesses da mulher envolvida, Leonor, nem de Alfonso VIII e de Henrique II. Assim, novamente, apesar de existir um distanciamento temporal de quase cinquenta anos entre os autores, eles apresentam argumentação similar e justificam os enlaces pelas mesmas problemáticas. Desse modo, deixam de considerar outros possíveis motivos para a negociação e enfatizam nesse acordo o dote e seus desdobramentos políticos.

Tratando-se dos matrimônios de Berenguela, sobre o primeiro deles, a historiografia possui diferentes posições e perspectivas. Mas, em geral, concorda que esse casamento precisava ser arranjado devido à falta de filhos varões de Alfonso VIII e Leonor.³⁵ O enlace seria a solução para o problema da geração de herdeiros.³⁶

Entretanto, nem todos os autores consideram a primeira união de Berenguela relevante, sendo frequentemente omitida, como, por exemplo, nas obras de Eduardo Manzano Moreno, Enrique Rodríguez-Picavea e em outras que o mencionam rapidamente, como nas de Luís Suárez Fernández e de Gonzalo Díez. Por outro lado, Juan de Mariana, Lafuente e Miriam Shadis consideram essa tentativa de matrimônio primordial para as decisões futuras de Alfonso VIII e Leonor. Apesar da obra de Miriam Shadis ser de 2009, os seus argumentos vão ao encontro da opinião dos primeiros, que escreveram nos sécu-

³⁴ Completaba el cuadro de relaciones internacionales el matrimonio de Alfonso VIII con Leonor, hija de Enrique II; como dote, Gascuña, cuya efectividad era muy improbable, pero que interesaba al castellano en los asuntos ultrapirenaicos, y el de Alfonso II con Sancha, hermanastra de Fernando II, que tendría lugar en enero de 1174. ÁLVAREZ PALENZUELA, *op.cit.*, p. 376, tradução nossa.

³⁵ LAFUENTE, *op.cit.*, p. 329.

³⁶ MARTÍNEZ DÍEZ, Gonzalo. *op.cit.*, p. 47.

los XVII e XIX, ao enfatizarem a relevância do casamento de Berenguela com Alfonso IX de Leão.

Assim, em termos da historiografia, observa-se que Manzano³⁷ e Enrique Rodríguez-Picavea³⁸ estão interessados em outras questões, como as cruzadas e suas consequências, visto que os casamentos não configuram um eixo interpretativo. Em sua obra, *Historia de España*, Manzano propõe uma inversão da narrativa mais tradicional, aquela em que os acontecimentos dos cristãos seriam o foco, propondo uma visão “do outro lado”, na qual os muçulmanos teriam maior protagonismo. No caso de Rodríguez-Picavea, o autor opta por dar relevância ao segundo casamento de Berenguela, ignorando o primeiro enlace, em uma demonstração de que tais escolhas são orientadas, em termos políticos, pelos objetivos dos modelos explicativos que embasam a narrativa historiográfica. Não devemos esquecer que, para Alfonso VIII e Leonor, a primeira aliança matrimonial de Berenguela tinha grande importância, em seu momento.

Em *Historia de España: Edad Media*, Luis Suárez Fernández apenas menciona uma vez o primeiro casamento de Berenguela. Embora ele não nomeie a infanta, é possível inferir que se tratava dela, visto ser a única que possuía mais de 7 anos naquele momento: “[...] o rei de Castela não devolveu a ninguém as praças que ocupava e obteve em troca de uma promessa de matrimônio de Alfonso IX com uma infanta castelhana e certa submissão.”³⁹ Daqui depreende-se que o rei leonês ficou apenas com a promessa, pois o casamento de Berenguela foi negociado com Conrado de Staufen.

No livro de Gonzalo Díez, o matrimônio é citado rapidamente e o autor esclarece sobre o motivo da anulação: “apenas um ano mais tarde, ao nascer o infante Fernando em 29 de setembro de 1189 perdeu esse caráter e o noivado

³⁷ MANZANO MORENO, *op.cit.*

³⁸ MATILLA, Enrique Rodríguez-Picavea. Consolidación de los cinco reinos y apogeo del imperio almohade. *Apud* ÁLVAREZ PALENZUELA, *op.cit.*

³⁹ “[...] El rey de Castilla no devolvió ninguna de las plazas que ocupaba y obtuvo en cambio una promesa de matrimonio de Alfonso IX con una infanta castellana y cierta sumisión”. SUÁREZ FERNÁNDEZ, *op.cit.*, p. 256, tradução nossa.

foi anulado”.⁴⁰ Ambos os historiadores argumentam que esse casamento foi apenas um fato passageiro, uma tentativa que não teria tanta relevância para o restante do enredo. Diferentemente dessa perspectiva, Juan de Mariana, Lafuente e Miriam Shadis propõem outra leitura, sugerindo que essa união seria relevante para o reino castelhano, no momento em que ela se concretizasse e gerasse herdeiros para o trono. Ademais, esse matrimônio significaria a expansão da rede de interesses de Castela, mas o casamento foi desfeito quando Leonor e Alfonso VIII tiveram o filho varão que tanto esperavam. Interessa ressaltar desses autores as justificativas para a interrupção da união. Tanto Lafuente⁴¹ quanto Juan de Mariana⁴² propõem explicações que consideram uma suposta opinião da princesa, enquanto Miriam Shadis defende claramente que o desejo dela foi decisivo, na medida em que as articulações para o fim do matrimônio seriam importantes para a “fonte de poder de Berenguela.”⁴³

Após a primeira tentativa de casamento, os monarcas investem na procura de outro pretendente, visto que sua filha desde o nascimento era colocada como possível protagonista da história do reino, por ser a mais velha e ter acompanhado seus pais em grande parte dos assuntos políticos do período. Acerca do segundo enlace, a maior parte dos historiadores concorda que ele foi essencial para a continuidade dinástica do reino de Castela e Leão e para a garantia de paz. Esse segundo ponto, aliás, é o eixo principal das análises historiográficas.

Tal como o matrimônio de Leonor, este segundo de Berenguela é visto como resolução dos problemas do reino. Logo, Lafuente caracteriza Leonor como uma grande mulher, por ter percebido o momento certo de agir e de tomar a decisão: “a rainha dona Leonor de Castela, menos escrupulosa neste ponto que seu esposo, e mais previdente e sagaz, compreendendo que era o

⁴⁰ “Tan solo un año más tarde, al nacer el infante Fernando el 29 de noviembre de 1189 perdieron ese carácter y los esponsales fueron anulados”. MARTÍNEZ DÍEZ, *op.cit.*, p. 47, tradução nossa.

⁴¹ LAFUENTE, *op.cit.*

⁴² MARIANA, *op.cit.*

⁴³ “Source of power for Berenguela”. SHADIS, *op.cit.* p. 55, tradução nossa.

único caminho [...]”.⁴⁴ Nota-se que, apesar do elogio do historiador, este não deixa de sublinhar que a rainha foi menos cuidadosa que Alfonso VIII, o que de certo modo pode significar uma decisão perigosa, uma vez que ela estava disposta a arriscar. Lafuente parece seguir o que Mariana afirmara muito antes: “os elogios da mãe amoleceram o coração da donzela, e a seu pai parecia que os casamentos de nações diversas muitas vezes costumavam ser infelizes [...]”.⁴⁵ Ambos colocam Leonor como protagonista do matrimônio de Berenguela e Alfonso IX. Diferentemente, Gonzalo Díez sugere que houve certo desacordo entre Leonor e Alfonso VIII ao arranjar esse casamento; ela estaria a favor, enquanto o monarca mostrava-se contrário. Entretanto, o próprio autor diz que o rei mudou de opinião por ter cedido aos “jogos de sua esposa.”⁴⁶

Desse modo, percebe-se que a rainha é colocada como a principal articuladora política dos casamentos, mas, ao mesmo tempo em que é sagaz e inteligente, é também manipuladora. Sobre essas caracterizações de Leonor, existem referências nas crônicas do período, pois segundo Miriam Shadis, Rodrigo Jiménez de Rada dizia que Leonor era prudente e arranjou o matrimônio da filha por perceber que aquele seria o momento certo.⁴⁷

A partir das análises historiográficas, nota-se uma contradição entre os próprios historiadores, inclusive, o título que encabeça este capítulo em comparação ao subtítulo demonstra essa diferença. Alguns possuem certa opinião sentimental acerca dos casamentos: enquanto Lafuente⁴⁸ e Gonzalo Martínez Díez⁴⁹ têm certeza de que eles são felicíssimos e trazem prosperidade, Juan de Mariana⁵⁰ argumenta que eles podem ser problemáticos.

⁴⁴ “Mas la reina doña Leonor de Castilla, menos escrupulosa en este punto que su esposo, y más previsora y sagaz, comprendiendo que era él único camino”. LAFUENTE, *op.cit.* p. 342, tradução nossa.

⁴⁵ “Los halagos de la madre ablandaron el corazon de la doncella, y á su padre parecia que los casamentos de diversas naciones muchas veces suelen ser desgraciados”. MARIANA, *op.cit.*p. 332, tradução nossa.

⁴⁶ “Ruegos de su esposa”. MARTÍNEZ DÍEZ, *op.cit.*, p. 71, tradução nossa.

⁴⁷ SHADIS, *op.cit.* p. 62.

⁴⁸ LAFUENTE, *op.cit.* p. 325.

⁴⁹ MARTÍNEZ DÍEZ, *op.cit.*, p. 43.

⁵⁰ MARIANA, *op.cit.*,p. 332.

Por fim, conclui-se que as interpretações da historiografia possuem fortes conexões com as crônicas elaboradas por grandes homens do reino, o que precisa ser considerado ao se fazer uma análise das ações dos agentes históricos, e essa perspectiva é primordial para outras comparações e compreensões do passado castelhano medieval.

***Queenship* e as interpretações historiográficas**

O *Queenship* define-se como um campo de estudos anglo-saxão que surgiu em meados dos anos 90 do século XX. A sua emergência nesse contexto se relaciona ao aumento de pesquisas sobre gênero e à reivindicação pela presença das mulheres nas pesquisas historiográficas. Os primeiros trabalhos enfatizavam a época moderna e principalmente as grandes rainhas da História como, por exemplo, Isabel de Castela e Elizabeth I da Inglaterra. Com o tempo, ampliou-se a perspectiva para que outras personagens históricas também pudessem adquirir protagonismo em diferentes contextos e fazer parte da construção do campo. Vale ressaltar que os pesquisadores espanhóis propõem o uso da palavra *reginalidad*,⁵¹ como tradução do termo inglês.

Os casos de Leonor e Berenguela de Castela constituem, nessa ótica, uma possibilidade de análise, principalmente por serem agentes históricas apagadas/silenciadas por muitos anos na historiografia. Assim, pretende-se analisar os casamentos reais a partir da abordagem de *Queenship*, testando sua operatividade para interpretar o papel dessas rainhas na história. Mas antes de analisar esses matrimônios e suas conexões políticas, faz-se necessário discutir propriamente sobre o *Queenship*, o que está envolvido nessa proposta e suas relações com os trabalhos historiográficos.

A principal referência na atualidade é a pesquisadora Theresa Earenfight, em *Queenship in Medieval Europe*, sua principal obra sobre a temática, na qual apresenta o governo das rainhas como uma instituição que emergiu na Europa entre 300 d.C. e 1500 d.C., assentada no modelo monárquico. Portanto, a

⁵¹ SILLERAS FERNÁNDEZ, Núria. *Queenship en la corona de Aragón en la baja Edad Media: Estudio y propuesta terminológica. La corónica: A Journal of Medieval Hispanic Languages, Literatures, and Cultures*, vol. 32, n.1, p. 119-133, 2003.

sua definição possui balizas temporais específicas e geografia ampliada. A autora ressalta que essa acepção seria um projeto discursivo que se reconstrói e interpreta múltiplos aspectos da prática única da realeza, neste caso, da rainha como autora da “sua maneira de governar”.⁵² Por isso, a definição de *Queenship* é ambígua, o que significa dizer que varia em cada caso estudado, a depender do período, do local, dos costumes e da personalidade da rainha. O sentido proposto pela autora seria uma espécie de “poder de rainha”, o que envolveria qualquer ato político, portanto, uma concepção do político bastante ampla, que abarca desde as relações internas com subordinados próximos até a participação em atos públicos com a presença do monarca.

Outro trabalho de destaque é o de Theresa M. Vann que desenvolve uma comparação entre Leonor e Violante de Castela, sendo a primeira esposa de Alfonso VIII e a segunda de Alfonso X (1221-1284). Neste caso, a autora apoia-se nas obras deste último para explicar o que seria, na época, uma boa rainha e uma ótima pretendente. A fertilidade, apesar de não ser um atributo requerido diretamente nas *Partidas*, era um aspecto de grande valor no medievo, como, por exemplo, no caso de Leonor que teve dez ou onze filhos ao longo de quarenta e cinco anos de casamento.⁵³

Diferentemente de Theresa Earenfight, Vann destaca os matrimônios como elemento chave do *Queenship*.⁵⁴ Ela enfatiza os que foram arranjados por Leonor como expressão de poder e o sucesso das escolhas, sendo os dois mais bem sucedidos o de Blanca e o de Berenguela. Segundo a historiadora, as rainhas exerciam poder e autoridade não por meios constitucionais, mas pela família e seus vínculos feudais. Neste caso, as rainhas consortes estariam intimamente ligadas à proteção e à continuação dinástica.

Sobre poder e autoridade, Janna Bianchini, outra pesquisadora importante, argumenta:

⁵² Queenship is discursive, an ongoing project, a daily act of reconstruction and interpretation, in a milieu of multiple and overlapping cultures, in which personality and temperament could influence a queen's ultimate expression of her own unique practice of queenship. EARENFIGHT, Theresa. *Queenship in Medieval Europe*. New York: Palgrave Macmillan, 2013, p.25.

⁵³ VANN, Theresa M. The Theory and Practice of Medieval Castilian Queenship. In: VANN, Theresa M. *Queens, Regents, and Potentates*. Boydell & Brewer, 1993, p.131.

⁵⁴ *Ibidem.*, p. 147.

Mas o mesmo acontece com a maioria dos outros, e quando se fala de realeza é essencial distinguir entre a autoridade (muitas vezes limitada) que as mulheres reais detinham e seu poder (muitas vezes extenso).⁵⁵

Nessa diferenciação, sublinha-se que as rainhas da Península Ibérica eram diferentes no quesito poder se comparadas às inglesas e às francesas, principalmente pelo fato de que as *arras* das ibéricas eram em maior quantidade e mais acessíveis.⁵⁶ Assim, tanto Leonor quanto Berenguela possuíam poder e autoridade, cuja variação dependia das circunstâncias políticas do reino.

A partir das análises sobre as abordagens de *Queenship* percebe-se que o matrimônio possui relevância na construção da narrativa, conectando reino e rainha. Todavia, nas crônicas do período, essa não é exatamente a proposição central. Por exemplo, na crônica de Rodrigo Jiménez de Rada, o matrimônio de Leonor e de Alfonso VIII sequer é citado, o que evidencia a perspectiva distinta sobre o período, muito mais focada nas guerras e conflitos entre reinos.

Mas, além dos matrimônios, o *Queenship* auxilia a perceber a participação ativa das rainhas na vida política e social do medievo. Diferentemente do que antes se pensava, essas mulheres tomavam parte da vida pública, assumindo iniciativas como na fundação e patrocínios religiosos, no estabelecimento de alianças políticas e na tomada de decisões do reino. A exemplo disso, Rodrigo Jiménez de Rada relata a participação de Leonor e Alfonso na construção do Mosteiro de Santa María Real de las Huelgas:

[...] com o propósito de agradar o altíssimo, construiu próximo a Burgos, sob instância de sua sereníssima esposa a rainha Leonor, um mosteiro de monjas da ordem de Cister, e se estabeleceu como a mais nobre construção e o dotou com muitas rendas e diversas

⁵⁵ “But so do most others, and when speaking of queenship it is essential to distinguish between the (often limited) authority that royal women held and their (often extensive) power”. BIANCHINI, *op.cit.*, p. 5, tradução nossa.

⁵⁶ BIANCHINI, *op.cit.*, p. 7.

propriedades, que as santas virgens consagradas a Deus, ali entoaram dia e noite salmos de glorificação a Deus [...].⁵⁷

Ademais, houve a construção de um hospital junto ao mosteiro que ampliava a assistência aos peregrinos que passavam próximos ao local, que, de acordo com Jiménez de Rada, não recusava nenhuma pessoa.⁵⁸ Esses favorecimentos, portanto, são exemplos de que a rainha participava das decisões no reino e fazia-se presente junto a seu marido. No caso de Leonor, sua participação política é evidente desde a chegada a Castela até a sua morte, evidenciando poder e autoridade, pois sua ação era reconhecida, pelo menos do ponto de vista do cronista. Portanto, as fontes, quando analisadas com mais abrangência, oferecem claramente evidências nesse sentido.

Por fim, selecionamos o trabalho de Charles Beem, *Queenship in Early Modern Europe*, publicado em 2020. A obra se assemelha à de Theresa Earenfight, embora se notem diferenças no que respeita à definição: “*Queenship* era de fato uma vocação, no sentido de que havia responsabilidades a cumprir, como ser esposa, mãe e cuidadora da casa e da administração”.⁵⁹ Nota-se que ele define o conceito como uma vocação, no sentido de que as rainhas possuíam atributos e maneiras de viver pré-definidas, o que não significa dizer engessadas.

Do mesmo modo que os pesquisadores anteriores, o autor explica as diferentes formas de expressão:

Portanto, *queenship* no contexto deste livro é um corpo coletivo de experiências que as rainhas europeias compartilharam, que refletem ou reagem a um modelo pan-europeu de espécie de *queenship* que

⁵⁷ [...] Pero, con el propósito de agradar al Altísimo, construyó cerca de Burgos, a instancias de su serenísima esposa la reina Leonor, un monasterio de monjas de la orden del Císter, y lo embelleció con la más noble construcción y lo dotó de tal modo con copiosas rentas y diversas heredades, que las santas vírgenes consagradas a Dios, que allí entonan día y noche salmos de alabanza a Dios. JIMÉNEZ DE RADA, *op.cit.*, p. 303, tradução nossa.

⁵⁸ JIMÉNEZ DE RADA, *op.cit.*, p. 304.

⁵⁹ “Queenship was in fact a vocation, in the sense that there were responsibilities to perform, such as being a wife, a mother, and a household and estate manager”. BEEM, Charles. *Queenship in Early Modern Europe*. Londres: Red Globe Press, 2020, tradução nossa.

possuía certas características universais, mas estava sujeito a variações regionais.⁶⁰

Entretanto, a sua definição se resume em perceber que o ofício das rainhas variava de acordo com sua titulação, região e contexto histórico.

Diante do exposto, é notória a importância da obra de Theresa Earenfight para o conceito de *Queenship*, visto que a sua amplitude possibilita novas pesquisas e estas podem especificar melhor cada região de acordo com a documentação e as características próprias. Todavia, apesar do *Queenship* ser uma abordagem relevante para destacar o poder feminino, ela é pouco operativa no sentido de formular novas teorias para se analisar essas ações, visto que intercessão, tomada de decisões e atitudes de protagonismo existem em todo o medievo e alguns cronistas reconhecem positivamente essas ações. Como instrumento de análise, o *Queenship* precisaria ir além das descrições e, sobretudo, explorar os contrastes e ambiguidades que as próprias fontes oferecem. De toda forma, parece bastante positivo compreender as ações das rainhas a partir de estudos de caso, pois as práticas políticas dessas mulheres são diversas e os contextos podem oferecer cenários mais complexos, inclusive quanto ao poder e à autoridade delas.

“Las reinas, muy prudentes señoras, presintiendo los males...”

Neste tópico serão analisadas três fontes documentais: *Crónica latina de los reyes de Castilla*, *Historia de los hechos de España* e a *Primera Crónica General*. Elas foram selecionadas pela relevância que possuem no período analisado, e, a partir disso, tentaremos fazer uma comparação entre os discursos dos cronistas com relação aos casamentos e à criação de alianças políticas. A análise dessas fontes procurou seguir uma ordem cronológica para melhor entendimento dos desdobramentos da narrativa.

⁶⁰ “Thus queenship, in the context of this book, is that collective body of experiences that European queens shared, which are reflective of or reactive to a pan-European template of queenship that possessed certain universal characteristics but was subject to regional variations”. BEEM, *op.cit.*, tradução nossa.

Sobre os cronistas, tanto Juan de Soria quanto Rodrigo Jiménez de Rada escreveram seus trabalhos próximos ao contexto dos personagens, principalmente de Berenguela, visto que foram produzidos quando da atuação desta no reinado de seu filho, Fernando III. A crônica de Alfonso X foi produzida pouco mais de 20 anos após a morte da rainha. Apesar do distanciamento entre as obras, elas possuem muitas semelhanças e em alguns momentos Alfonso X reproduz o discurso de Jiménez de Rada. Essas questões sobre as crônicas e os cronistas serão analisadas a seguir.

“Queridísima madre y dulcísima señora”

Começamos, então, pela obra de Juan de Soria. A primeira parte da crônica inicia com a menoridade de Alfonso VIII e a caracterização desse período pelo cronista. Sobre a menoridade, ele relata: “O número par de filhos do imperador prejudicou o seu reino e foi a causa de muitas matanças e de muitos males que nas Espanhas tiveram lugar.”⁶¹ De acordo com os esclarecimentos do editor da obra, o cronista estaria se referindo à conturbada menoridade de Alfonso, classificada como anarquia, e às guerras entre os reinos cristãos como parte desse cenário. Ainda segundo o editor, embora exista a possibilidade que esse trecho tenha sido mal interpretado pelo copista, concorda que a menoridade e as guerras nesse cenário configurariam período de anarquia. É necessário ressaltar que essa é a perspectiva do historiador ao incorporar a opinião do cronista

Juan de Soria não tem dúvida: “Após a sua morte, ficou o seu filho, o glorioso Alfonso, querido infante de apenas três anos, e houve tanta turbulência no reino de Castela quanto não havia anteriormente em muito tempo”.⁶² Após tais afirmações, o cronista cria uma forte oposição entre o período de

⁶¹ “El número binario de los hijos del Emperador perjudicó a su reino y fue causa de las muchas matanzas y de los muchos males que en las Españas tuvieron lugar”. SORIA, *op.cit.*, p. 8, tradução nossa.

⁶² “Tras su muerte quedó su hijo, el glorioso Alfonso, infante tierno de apenas tres años, y hubo tanta turbación en el reino de Castilla cuanta no había anteriormente en mucho tiempo”. *Ibidem*, p. 9, tradução nossa.

menoridade e o reinado de Alfonso VIII, baseada na inimizade entre os Castros e os Laras:

Nascida a discórdia e um ódio inexorável entre as citadas facções dos poderosos, o conde Manríquez e seu irmão o conde Nuño se apossaram do rei Alfonso e retiveram durante muito tempo o reino, já que tentavam submetê-lo inteiramente com o pretexto do menino, para honra, segundo diziam, e proveito do mesmo menino.⁶³

Assim, o cronista enfatiza que os magnatas dizem estar agindo em proveito do rei, mas, na verdade, estariam agindo em razão de suas vontades particulares. Logo, a estabilidade apenas se alcançaria quando Alfonso VIII chegasse à maioridade: “Ficando um pouco mais velho, o rei começou a agir virilmente e a confortar-se em seu Senhor e a exercer a justiça, a que sempre amou e serviu com poder e sabedoria até o fim de sua vida.”⁶⁴

Sobre o monarca, Juan de Soria opina:

Temeu ser privado do reino pelo poder de dom Alfonso, glorioso rei de Castela, cuja honra e fama havia chegado em grande parte do mundo, e que então era terrível e muito de temer por todos os reis vizinhos, tanto sarracenos como cristãos.⁶⁵

Para o cronista, o rei é honrado e toma as atitudes corretas em favor do reino, o que fica perceptível no decorrer da narrativa.

Após essa contextualização construída por Juan de Soria, chama a atenção que o casamento de Leonor e Alfonso VIII não seja citado no momento de sua maioridade, mas sim na obtenção da região da Gasconha, que, como já referido, havia sido recebida como dote. Nesse momento, o cronista caracte-

⁶³ “Nacida la discordia y un odio inexorable entre las citadas facciones de los poderosos, el conde Manríquez y su hermano el conde Nuño se apoderaron del rey Alfonso y retuvieron durante largo tiempo el reino, ya que intentaban sometérsele todo entero con el pretexto del niño, para honor, según decían, y provecho del mismo niño”. SORIA, *op.cit.*, p. 8, tradução nossa.

⁶⁴ “Hecho un poco mayor, el rey comenzó a actuar virilmente y a confortarse en el Señor y a ejercitar la justicia, a la que siempre amó y servió con poder y sabiduría hasta el fin de su vida”. *Ibidem*, p. 10, tradução nossa.

⁶⁵ “[...] temió ser privado del reino por el poder de don Alfonso, glorioso rey de Castilla, cuyo honor y fama había llenado gran parte del orbe, y que entonces era terrible y muy de temer por todos los reyes vecinos, tanto sarracenos como cristianos”. *Ibidem*, p. 11, tradução nossa.

riza a rainha: “[...] Dona Leonor, nobilíssima em costumes e linhagem, honesta e muito prudente, com a qual, se dizia, o rei Henrique havia prometido Gasconha a seu genro, o rei de Castela”.⁶⁶ Os adjetivos que caracterizam Leonor são de extrema importância para compreender como o cronista apresenta a rainha e o peso da linhagem na construção de sua imagem.

Após essa breve apresentação de Leonor, outros pontos essenciais na visão do cronista são retomados, como as guerras e os conflitos entre os reinos cristão e o almôada. Em seguida aos eventos bélicos, mencionam-se os casamentos de Berenguela. No começo da crônica cita-se a união desta com Conrado de Staufen, filho de Frederico, Imperador do Sacro Império Romano Germânico. Juan de Soria relata:

Com ele casou sua filha dona Berenguela, que tinha apenas oito anos, e fez que o reino todo lhe prestasse homenagem, uma vez que o mesmo Conrado reinaria depois dele, acaso viesse a morrer sem descendência masculina.⁶⁷

O enlace justificava-se pela falta de um herdeiro varão para o trono de Castela, que o próprio cronista explica logo em seguida: “pois naquela época então rei glorioso dom Alfonso não tinha filho, senão filhas”.⁶⁸ Não deixa de chamar a atenção que o autor não explique o término desse matrimônio, ocorrido antes mesmo de se concretizar, devido ao nascimento do herdeiro que Alfonso VIII e Leonor aguardavam. Assim, essa união é apenas citada no início, sem que se esclareça o que estava envolvido e tampouco as condições.

De todo modo, observa-se que o cronista não possui interesse em descrever esses casamentos com muita minúcia, o que parece mais ser um evento para resolução rápida de problemas circunstanciais do que propriamente fruto de um projeto político de mais longo prazo. Nota-se que na crônica o protagonismo da lógica narrativa recai sobre as guerras, conquista e defesa de

⁶⁶ “[...] doña Leonor, nobilísima en costumbres y linaje, honesta y muy prudente, con la que, se decía, el rey Enrique había prometido Gasuña a su yerno, el rey de Castilla”. SORIA, *op.cit.* p. 20, tradução nossa.

⁶⁷ “Con él desposó a su hija Da Berenguela, que apenas tenía ocho años, e hizo que se le hiciera por parte de todo el reino el homenaje de que el mismo Conrado reinaria después de él, si aconteciera que muriera sin descendencia masculina”. *Ibidem*, p. 12, tradução nossa.

⁶⁸ “Pues en aquele entonces el rey glorioso don Alfonso no tenía hijo, sino hijas”. *Idem*.

territórios, sem que os matrimônios e suas eventuais consequências políticas constituam verdadeiramente elementos de peso na explicação.

Sobre o segundo casamento de Berenguela, a crônica opina:

Paz que não poderia ter sido realizada exceto pelo matrimônio de dona Berenguela, filha do rei de Castela, com o rei de Leão, em um matrimônio de fato, porque segundo o direito não era possível já que os reis eram parentes em segundo grau de consanguinidade.⁶⁹

Diferentemente do primeiro matrimônio, sobre este o cronista esclarece os impedimentos do parentesco. Entretanto, tal como no primeiro, ele não encerra esse ponto, e tampouco menciona o papel do papa nos pedidos de separação do casal.

O matrimônio de Berenguela faz parte da narrativa no momento em que ele se torna um instrumento de acordo de paz entre os monarcas de Castela e Leão, visto que nesse mesmo momento Alfonso VIII estava lidando com outros conflitos, principalmente em Sevilha. O enlace foi relatado pelo cronista para sublinhar os grandes feitos do monarca castelhano, excluindo o papel da rainha Leonor em todo o acordo. O discurso de Juan de Soria, como crônica oficial do reino, dedica vários trechos a Alfonso VIII e à sua exaltação como rei glorioso, justo e prudente, enquanto os demais personagens servem apenas como coadjuvantes régios.

A Crônica Latina apresenta uma visão centrada no reino de Castela e nas ações do monarca castelhano, o que fica evidente quando trata de negociações com outros reis cristãos. Leonor sequer possui agência sobre os casamentos de sua filha, sendo mencionada apenas no momento de entrega do seu próprio dote. Tanto as mulheres quanto os matrimônios são colocados em segundo plano na narrativa principal.

⁶⁹ “Paz que no pudo llevarse a cabo sino por el matrimonio de D^a Berenguela, hija del rey de Castilla, con el rey de León, en un matrimonio de hecho, porque según derecho no era posible ya que los reyes eran parientes en segundo grado de consanguineidad”. SORIA, *op.cit.* p. 19, tradução nossa.

“Pudorosa, noble y discreta”

A segunda crônica utilizada nesta pesquisa é de Rodrigo Jiménez de Rada, um dos nomes mais famosos citados pela historiografia. Diferentemente de outras crônicas, esta funda sua cronologia por meio de diversos acontecimentos que o cronista considera importantes, não somente do reino castelhano, mas de toda a Península Ibérica: Aragão, Navarra, Leão, Portugal e o reino almôada. Retomando a problemática central dos séculos XII e XIII, Jiménez de Rada começa pelo reinado de Alfonso VIII, ressaltando as qualidades do monarca que se teria pautado sempre pela fé e a lealdade:

[...] Desde a sua juventude, e que, ainda sendo um menino, como se disse, e vendo-se quase destituído de seu reino, recuperou o que havia perdido com a lealdade e a diligência dos seus, conquistou o que não possuía, reconstruiu o abandonado, até o extremo de fundar os alicerces das cidades [...].⁷⁰

O cronista exalta a figura régia, por ter sido capaz de recuperar e agir em favor de seu reino quando percebeu ser preciso. Trata-se de uma estratégia política do discurso, o de legitimação do rei e da monarquia. Após a parte inicial, Jiménez de Rada faz referência a outras questões, principalmente envolvendo territórios que foram perdidos e a luta para retomá-los. Ele não menciona as bodas do monarca castelhano com Leonor de Inglaterra. A rainha aparece pela primeira vez ao participar das tratativas para realizar o segundo casamento de Berenguela.

E ainda que o nobre rei fosse reticente a isso, porque ele e o rei leonês eram parentes, a rainha Leonor, esposa do nobre Alfonso, que era sumamente sensata, equilibrada com claro e profundo discernimento do risco da situação, que podia se solucionar com tal enlace; e deu-lhe por

⁷⁰ “[...] Desde su juventud, que, aun siendo niño, como se ha dicho, y viéndose casi despojado de su reino, recupero lo perdido con la lealtad y la diligencia de los suyos, conquisto lo que no poseía, reconstruyó lo abandonado, hasta el extremo de poner los cimientos de las ciudades [...]”. JIMÉNEZ DE RADA, *op. cit.*, p. 288, tradução nossa.

esposa a citada filha ao rei de Leão, que tinha acudido com tal donzela e celebradas as bodas com grande esplendor, levou-a para seu reino.⁷¹

Nesse trecho, o cronista atribui características de sabedoria a Leonor, que entendia a situação, e defendia a realização do enlace, ainda que houvesse impedimento legal. Depreende-se que esse casamento de Berenguela possui um peso importante na narrativa, uma vez que constitui um capítulo específico - o trinta e três - intitulado “Como o nobre rei Alfonso deu a sua filha em matrimônio ao rei de Leão”.⁷² Registre-se que o autor não deu o mesmo destaque a outras bodas.

Acerca dessa união, Rodrigo Jiménez narra:

E como a sua intenção era atacar o rei de Leão com maior força, alguns, que temiam o risco da guerra, conseguiram com carinhosos conselhos que o rei leonês pedisse ao de Castela a sua filha Berenguela como esposa.⁷³

Havia o risco de um conflito maior entre Castela e Leão, e, segundo o autor, Leonor e Alfonso VIII concordaram que essa era uma boa estratégia para resolver as dissensões entre os dois reinos. Diante desse argumento, nota-se que o cronista possui uma percepção conflitiva sobre a relação entre os reinos no momento da negociação do matrimônio, muito mais do que posteriormente relataria a crônica de Alfonso X.

Retrocedendo algumas páginas na obra, sobre o casamento de Berenguela e Conrado, diferentemente de Juan de Soria, o bispo Jiménez de Rada faz uma

⁷¹ “Y aunque el noble rey era reticente a esto, porque él y el rey leonés estaban emparentados, la reina Leonor, esposa del noble Alfonso, que era sumamente juiciosa, calibraba con claro y profundo discernimiento el riesgo de la situación, que podía solucionarse con un enlace tal; y le dio por esposa a la citada hija al rey de León, que había acudido con tal doncella y celebradas las bodas con gran esplendor, se la llevó a su reino”. *Ibidem.*, p. 301, tradução nossa.

⁷² “Cómo el noble rey Alfonso dio a su hija en matrimonio al rey de León”. JIMÉNEZ DE RADA, *op. cit.*, p. 301, tradução nossa.

⁷³ “Y como su intención era atacar al rey de León con mayor contundencia, algunos, que temían el riesgo de la guerra, lograron con cariñosos consejos que el rey leonés pidiera al de Castilla a su hija Berenguela por esposa”. *Ibidem.*, p. 301, tradução nossa.

descrição mais detalhada e justifica porque essa tentativa de união não se concretizou:

(...) ao regressar Conrado a Alemanha, a citada donzela rejeitou em seguida o contrato nupcial, e uma vez levada a cabo a separação por intermédio de Gonzalo, primaz de Toledo, e do cardeal Gregório, diácono de Sant' Angelo, legado da sé apostólica, a jovem Berenguela ficou solteira.⁷⁴

Na passagem acima, o autor destaca que por meio da interferência de eclesiásticos a princesa conseguiu a separação de Conrado, apesar de não explicar exatamente o que levou à ruptura. De todo modo, o precedente seria utilizado por Alfonso IX, para se casar, posteriormente, com Teresa de Portugal. Este segundo matrimônio foi realizado, segundo o cronista, para afrontar o rei de Castela, agravado pelo fato do monarca leonês ter sido sagrado cavaleiro pelo próprio Alfonso VIII. Jiménez de Rada narra: “(...) por instigação de seus conselheiros, não suportava ter sido armado cavaleiro pelo rei de Castela.”⁷⁵ Para este cronista, que compartilha a opinião de Juan de Soria, Alfonso IX havia escutado a opinião de murmuradores⁷⁶ e por isso foi mal aconselhado por seus nobres.

O casamento entre Teresa e Alfonso IX seria também anulado, ocasião em que o monarca castelhano concordou em fazer um acordo com o rei de Leão. Sobre esse casamento, o cronista narrou: “por último, acabadas as guerras e os saques entre ele e o rei de Castela, casou com dona Berenguela, filha do rei de Castela, de cujas virtudes falarei mais tarde”.⁷⁷

Quando finalmente a crônica se ocupa de Berenguela, destaca-se que ela sucederia seu irmão, Enrique I, por ser herdeira legítima, mas, ao mesmo tempo, observa-se uma diminuição no seu papel como mulher:

⁷⁴ “Pero al regresar este Conrado a Alemania, la citada doncella rechazó en seguida el contrato nupcial, y una vez llevada a cabo la separación por intermedio de Gonzalo, primado de Toledo, y del cardenal Gregorio, diácono de Sant'Angelo, legado de la sede apostólica, la joven Berenguela quedó soltera”. JIMENEZ DE RADA, *op. cit.*, p. 294, tradução nossa.

⁷⁵ “Pues, por instigación de sus consejeros, llevaba a mal haber sido armado caballero por el rey de Castilla”. *Idem.*

⁷⁶ *Idem.*

⁷⁷ “Por último, acabadas las guerras y los saqueos entre él y el rey de Castilla, casó con doña Berenguela, la hija del rey de Castilla, de cuyas virtudes hablaré más tarde”. *Idem.*

[...] sua muito ilustre irmã, a rainha Berenguela, sobre quem logo recaiu a sucessão do trono de Castela; nessas circunstâncias, reluziu de tal maneira em sua totalidade as virtudes que sua prudência superou a piedade do devoto sexo e a abundância de suas caridades a abundância dos reis. Igualmente, a poderosa modéstia de sua afabilidade provia o consolo a implacável dor, de maneira que a suave doçura de sua fama aumentou em seguida sua intensidade.⁷⁸

Neste trecho há duas questões importantes: a primeira é que Berenguela retorna à narrativa somente no momento da morte do irmão, sem qualquer menção anterior; a segunda é a maneira como o cronista a descreve, minimizando a sua agência por ser mulher. Trata-se possivelmente de estratégia para ressaltar as virtudes da progenitora de Fernando III; este como herdeiro daquela ao trono castelhano. Em momento anterior, quando da morte dos pais de Berenguela, o cronista destacava que, embora ela pudesse ter assumido a coroa, preferiu diferentemente: “refugiando-se nos muros da honestidade e modéstia por cima de todas as mulheres do mundo, não quis governar o reino”.⁷⁹ Mas, naquele contexto, a rainha não possuía muitas opções e havia sido pressionada pelos magnatas favoráveis ao conde Álvaro, como tutor de Enrique I. Entretanto, Jiménez de Rada relata como se ela tivesse entregado o poder de forma pacífica e não contestada, o que não ocorreu. Como se sabe, posteriormente Berenguela faria de tudo para que o irmão voltasse à sua tutela.

Sobre Berenguela, além do segundo matrimônio, havia a sucessão do reino de Castela que recaiu sob sua responsabilidade, após a morte do pai, Alfonso VIII, e a da mãe, logo em seguida. Ela assumiu o papel de tutora do irmão, Enrique I, na época uma criança de onze anos. Rodrigo Jiménez de Rada,

⁷⁸ “[...] su muy ilustre hermana la reina Berenguela, sobre quien luego recayó la sucesión del trono de Castilla; en esas circunstancias, brilló de tal manera la totalidad de sus virtudes que su prudencia superó a la piedad del devoto sexo y la prodigalidad de sus limosnas a la prodigalidad de los reyes. Igualmente, la pudorosa modestia de su afabilidad suministraba el consuelo al implacable dolor, de manera que el suave dulzor de su fama aumentó en seguida su intensidad”. JIMÉNEZ DE RADA, *op. cit.*, p. 306, tradução nossa.

⁷⁹ “Sin embargo, ella, refugiándose en los muros del pudor y la modestia por encima de todas las mujeres del mundo, no quiso hacerse cargo del reino”. *Ibidem*, p. 337, tradução nossa.

embora lhe dedique elogios, reconhecendo seu direito de sucessão, preferia um herdeiro masculino.⁸⁰

Em outros momentos da crônica, as ações consideradas positivas de Berenguela, seguem um padrão já conhecido: “durante toda sua vida foi socorro e alívio das ordens religiosas e dos pobres e de todos os marcados pela pobreza, além das formidáveis obras que brilharam durante o reinado de seu filho.”⁸¹ Por contraste, destacamos um trecho em que se celebram as virtudes de Alfonso:

[...] o nobre rei com seu grande coração tudo carregava com tranquilidade, com quietude, com justiça, de maneira que o aborrecimento o transformou em virtude, superando-o com um alegre semblante [...].⁸²

Apesar da legitimidade de Berenguela para assumir a regência e cuidar de seu irmão até a maioridade, o cronista afirma que ela “aceitou” de bom grado passar a regência ao conde Álvaro, argumento criticado pela historiografia. Nesta negociação ele analisa as condições impostas pela rainha para a transmissão da regência: “[...] como previsão dos problemas que surgiriam, fez o conde Álvaro e os nobres jurarem que, sem sua expressa aprovação, não imporiam tributos, que em espanhol se chamam *pechos*, em nenhum lugar do reino.”⁸³ Vale ressaltar que apesar do cronista mencionar esse acordo entre Berenguela e Álvaro, constantemente enfatiza a sua opinião de não gostar de alguns membros das famílias magnáticas e como a instabilidade do reino estava relacionada a isso:

⁸⁰ *Ibidem*, p. 306.

⁸¹ “Durante toda su vida fue socorro y alivio de las órdenes religiosas y de los pobres y de todos los marcados por la pobreza,” aparte de las formidables obras que brillaron con fulgor durante el reinado de su hijo”. JIMÉNEZ DE RADA, *op. cit.*, p. 306, tradução nossa.

⁸² “[...] el noble rey con su gran corazón todo lo llevaba con tranquilidad, todo con quietud, todo con justicia, de manera que el aburrimiento lo trocaba en virtud, superándolo con alegre semblante [...]”. *Ibidem*, p. 311, tradução nossa.

⁸³ “[...] como previsión de los problemas que se derivaron, hizo jurar al conde Alvaro y a los nobles que, sin su aprobación expresa, no quitarían tributos, que en español se llaman <pechos>, en ningún lugar del reino”. *Ibidem*, p. 332, tradução nossa.

[...] e outros nobres profundamente preocupados com a ruína do reino, concordaram em enfrentar tantos desastres e, recorrendo à sabedoria da rainha Berenguela, humildemente lhe imploraram que tivesse piedade dos infortúnios do reino.⁸⁴

Outra questão importante era como o conde Álvaro manteria o jovem monarca em seus cuidados por um tempo prolongado, neste caso, o casamento aparece como principal estratégia política. O conde tentou acertar o enlace com Mafalda, filha do rei de Portugal, porém, o matrimônio foi anulado rapidamente devido ao parentesco e à pouca idade do monarca.⁸⁵ O plano do magnata, segundo a crônica, era que essa união pudesse prosperar até a geração de herdeiros e, assim, se evitaria o retorno de Berenguela ao poder.

Após a procura por pretendentes, Enrique I morre repentinamente devido a um acidente e Álvaro tenta difundir versões para esconder esse fato, mas sem sucesso.⁸⁶ Após vários conflitos, a rainha retorna ao reino e nomeia o seu filho, Fernando III, rei de Castela. Desta maneira, após esse contexto conturbado, o próprio cronista relata o retorno da paz ao reino:

Assim, com os adversários julgados pelo Senhor, o rei Fernando assumiu o controle do reino em paz e tranquilidade, sendo a nobre rainha a inspiradora de todos, que educou seu filho com tanto cuidado que (ele) carregou com paz e moderação as rédeas do reino e da pátria até o vigésimo quinto ano de seu reinado, seguindo o padrão de seu avô, o nobre Alfonso.⁸⁷

Berenguela continuou próxima a seu filho, com influência nos negócios do reino. A principal delas foi o acordo com as irmãs leonesas de Fernando III,

⁸⁴ “[...] y otros nobles hondamente preocupados por la ruina del reino, acordaron hacer frente a tantos desastres y, acudiendo a la sabiduría de la reina Berenguela, le rogaron humildemente que se apiadara de las desgracias del reino”. *Ibidem*, p. 333, tradução nossa.

⁸⁵ JIMÉNEZ DE RADA, *op. cit.*, p. 333, tradução nossa.

⁸⁶ *Ibidem*, p. 334.

⁸⁷ “Así pues, juzgados de esta manera los adversarios por el Señor, el rey Fernando se hizo con el reino en paz y tranquilidad, siendo la inspiradora de todo la noble reina, que educó a su hijo con tanto esmero que (éste) llevó con paz y moderación las rendas del reino y de la patria hasta el año visésimoquinto de su reinado, siguiendo la pauta de su abuelo el noble Alfonso”. *Ibidem*, p. 341, tradução nossa.

cujos direitos sucessórios ameaçavam as pretensões deste sobre Leão. Em troca, elas receberam copiosas rendas por um longo período.⁸⁸ Jiménez de Rada narra sobre a paz e sua manutenção nos acordos empreendidos por Berenguela: “[...] embora a união dos reinos não convencesse quase ninguém, ela trabalhou duro para organizá-la de tal forma que a união dos reinos ocorresse sem derramamento de sangue, e ambos os reinos gozassem de paz eterna.”⁸⁹ Apesar do cronista considerar que o matrimônio de Berenguela e Alfonso IX garantiria a paz, é fato que se tratava mais da hegemonia castelhana. O leonês era um monarca poderoso, mas a hegemonia devia-se ao protagonismo feminino.

Em suma, tanto Leonor como Berenguela assumiram protagonismo em diferentes contextos. No caso da primeira, ao arranjar os casamentos de suas filhas e ao patrocinar instituições religiosas no reino. Com relação à segunda, durante o matrimônio com Alfonso IX e, posteriormente, na regência do irmão e auxílio ao seu filho e futuro monarca, Fernando III.

Ambas as rainhas possuíram poder e autoridade ao longo de suas vidas e isso pode ser mais bem avaliado a partir das análises dos matrimônios e das relações criadas por meio deles. Os casamentos são a principal maneira de se manter a linhagem e de promover a sua própria legitimação como rainhas, além da geração de herdeiros ao trono que está a eles articulada.

“Por este casamiento unieron pazes et amor entre los reyes”

A outra crônica analisada para esta pesquisa foi escrita pelo neto de Berenguela de Castela, Alfonso X, um dos reis mais célebres dessa dinastia. O seu relato é relevante para compreendermos a retomada das crônicas anteriores. De forma similar aos outros relatos, o enlace de Leonor e Alfonso VIII não é mencionado. Com relação a Berenguela, Alfonso X escreve sobre o primeiro casamento, porém, há uma percepção diferente das anteriores, pela qual se

⁸⁸ *Ibidem*, p. 348.

⁸⁹ “[...] aunque la unión de los reinos no convencía a casi nadie, ella se afanó en disponerlo de tal forma que la unión de los reinos se produjo sin derramamiento de sangre, y uno y otro reino gozaron de eterna paz”. JIMÉNEZ DE RADA, *op. cit.*, p. 348, tradução nossa.

atribui ao próprio Conrado de Staufen a ruptura da união. Nesta versão, suprimiu-se a opinião da noiva, transferindo a decisão para o príncipe:

[...] e tomou a infanta dona Berenguela, sua primeira filha, de volta à Alemanha, mais tarde contradisse esse casamento, que fora feito com a infanta dona Berenguela por dom Gonçalo, primaz de Toledo e das Espanhas, e dom Gregório, diácono cardeal de Sant' Ângelo, mensageiro da sé apostólica, isto é do apostólico de Roma.⁹⁰

O cronista, após a explicação da recusa de Conrado, não menciona o matrimônio nas páginas seguintes. O casamento em questão não atingiu o seu objetivo principal, que seria a paz, mas, pelo contrário, criou embate ainda maior entre Alfonso VIII e Alfonso IX. Diante da tentativa frustrada de união de Conrado e Berenguela, Alfonso IX, que queria se casar com esta, desiste e esposa Teresa, filha do rei de Portugal. Sobre essa situação, diz o cronista:

Mas porque assim como dissemos, este rei Dom Alfonso de Leão mudava de opinião e foi atrás de coisas que não se assemelhavam, e isto se deveu aos murmuradores e aos aduladores que murmuravam aos ouvidos e o adulavam pelo conselhos destes casou com Dona Teresa, filha do rei de Portugal, ainda que tivessem parentesco em segundo grau.⁹¹

É necessário enfatizar o papel que os nobres de Leão desempenham na realização do matrimônio do monarca leonês, que, para Alfonso X, é uma péssima decisão. Essa perspectiva é explicada pela visão posterior que o próprio cronista possui dessa união e a de Berenguela, uma vez que a escrita da crôni-

⁹⁰ “[...] et tomo a la infante donna Berenguella, su fija primera, tornado a Alemanna, contradixo luego esse desposamiento del, que era fecho con la infante donna Berenguella don Gonçalo, primas de Toledo et de las Espannas, et don Gregorio, diacono cardenal de Sant Angel, mensajero de la siella apostoligal, esto es dell apostoligo de Roma”. ALFONSO X. *Primera Crónica General*: Estoria de España. Editor: Ramón Menéndez Pidal. Madrid: Bailly-Bailliere e hijos, 1906, p. 677, tradução nossa.

⁹¹ “Mas porque, assi como dixiemos, este rey don Alffonso de Leon se desmudaua et se traye de unas cosas en otras que se non semeiauan, et esto uinie por los murmuradores et losenieros quel murmuriauan a las oreias en poridad yl loseniauan, por consseio destes caso con donna Teresa fija del rey de Portugal, maguer que se alcançauan en parentesco en el segundo grado”. *Idem*.

ca ocorreu décadas após os eventos narrados. Alfonso X, apesar de ser também monarca de Leão, defende o lado castelhano da história e descreve os magnatas leoneses como bajuladores e aproveitadores, pois eles seriam contrários aos interesses de Alfonso VIII. Ainda sobre esses magnatas, o cronista se estende:

[...] E diz ainda que porque seus murmuradores e maus conselheiros andavam entre esses reis e fizeram mais mal do que bem, lamentou o rei dom Alfonso de Leão pelo título de cavaleiro que recebeu do rei de Castela.⁹²

Neste trecho, Alfonso X explica que a frustração do monarca leonês adveio do fato de ter sido sagrado cavaleiro por Alfonso VIII, momento no qual esperava casar com Berenguela, coisa que não ocorreu, gerando todo o embate.

Em seguida à primeira tentativa de matrimônio de Berenguela, o cronista relata o segundo casamento, desta vez, efetivamente acordado com Alfonso IX:

Depois de muitas guerras e perigos de morte e roubo entre o rei de Leão e o rei de Castela, por grandes homens e bons amigos que estavam no meio, eles se juntaram em um pleito para que o rei dom Alfonso de Castela desse a dom Alfonso, rei de Leão, a infanta Dona Berenguela, sua filha, como sua mulher.⁹³

Nota-se que o cronista descreve a união como um acordo importante para o estabelecimento da paz entre os reinos. Algumas páginas a seguir, Alfonso X justifica a relevância desse matrimônio:

[...] Alguns dos grandes homens dos reinos, temendo os danos e os perigos da guerra, se intrometeram e encontraram uma via de acordo e

⁹² “[...] et diz aun, que porque sus siruientes murmuradores et malos consseieros andauan entrestos reyes et metien entre ellos mas mal que bien, pesaua al rey don Alffonso de Leon por la caualleria que tomara del rey de Castiella”. ALFONSO X, *op. cit.*, p. 677, tradução nossa.

⁹³ “Al cabo mouidas guerras et periglos de muerte et robos entrel rey de Leon et el rey de Castiella, por omnes grandes et buenos et amigos que andidieron en medio, abinieronlo a pleyto que el rey don Alffonso de Castiella diesse a don Alffonso, rey de Leon, la infante donna Berenguella, su fija, por mugier”. *Idem*.

amor e que isso poderia se conseguir por casamento, e puseram-se a aconselhar o rei dom Alfonso de Castela que desse ao rei dom Alfonso de Leão a sua filha, a infanta dona Berenguela como mulher.⁹⁴

No segundo trecho o cronista relata que se não fosse encontrada solução, Alfonso VIII reagiria com maior crueldade do que já demonstrara até aquele momento.⁹⁵ Dessa forma, Alfonso X parece querer legitimar essa união, ratificando a obra do cronista e criando uma imagem positiva de Leonor na negociação. Sobre esse matrimônio, o cronista, assim como Rodrigo Jiménez de Rada, identifica a rainha como principal agente para a realização das bodas:

A rainha dona Leonor, mulher do nobre rei dom Alfonso de Castela, porque era ela muito entendida e muito ajuizada e entendia os perigos das coisas e as mortes das gentes que vêm deste desamor e poderiam decidir por este casamento se fracassassem, eles foram até ela e falaram com ela.⁹⁶

A partir do relato, nota-se o protagonismo que Leonor assume no acordo matrimonial e no próprio discurso há a intenção de reconhecê-la como rainha virtuosa, entendida e ajuizada, que sabe tomar as decisões corretas para o reino.

Ainda sobre o casamento, Alfonso X reforça que ele deveria se prolongar pelo tempo suficiente para que herdeiros fossem gerados:

E ainda que esse casamento poderia durar muito tempo que eles fizessem alguns herdeiros, e que o papa outorgaria o casamento, ou se

⁹⁴ “[...] vnos de los grandes omnes de los regnos, temiendo los dannos et los peligros de la guerra, metieronse en medio, et fallaron carrera de abenencia et de amor et que podrie esto uenir por casamiento, et metieronse a consseiar al rey don Alffonso de Castiella que diesse al rey don Alffonso de Leon a su fija, la infante donna Berenguela por mugier”. *Ibidem*, p. 682, tradução nossa.

⁹⁵ ALFONSO X, *op. cit.*, p. 682.

⁹⁶ “[...] La reyna donna Leonor mugier del noble rey don Alffonso de Castiella, porque era ella muy sabia et muy entenduda duenna et muy anuisa et entendie los peligros de las cosas et las muertes de las yentes que uernien en este desamor et se podrien desuiar por este casamiento si se fiziesse, fueron a ella et fablaronlo con ella en poridad”. *Ibidem*, p. 683, tradução nossa.

poderiam eles partir a tempo por lei; e, entretanto, passariam as gentes e o tempo em paz e em bem, evitando muitos males.⁹⁷

O cronista assume um tom legitimador. Não importaria a opinião do papa nem mesmo as ideias contrárias, contanto que a paz fosse minimamente mantida e Leonor fosse aconselhada a seguir adiante com os acordos. Vale ressaltar que a crônica descreve a rainha como ajuizada antes mesmo de falar com os magnatas, o que ressalta novamente o relevante papel que ela desempenha nas negociações.

A paz é outro dos elementos mais citados pela historiografia, vinculado ao segundo casamento de Berenguela, que será também fortemente enfatizado por Alfonso X, como no trecho a seguir:

Agora, pois que pela graça de Deus e por este casamento vieram as pazes e o amor entre os reis de Castela e de Leão e seus povos e seus reinos, deixa a história dos feitos desses reis de um contra o outro, e passa-se a contar de como o rei dom Alfonso de Castela se lembrava dos ataques que o rei dom Sancho de Navarra lhe fez, e quis se vingar deles.⁹⁸

Sobre essa questão, ele próprio afirmou que a paz entre os reis decorre desse matrimônio, repetindo as crônicas anteriores. Recuperando o discurso de Rodrigo Jiménez de Rada, o cronista utiliza adjetivos para caracterizar Leonor como sábia, nobre e boa rainha,⁹⁹ a mulher que toma as decisões corretas para o reino.

Conclui-se, portanto, que a Primeira Crônica Geral possui muitos pontos em comum com as crônicas anteriores, ressaltando-se a semelhança com a obra de Rodrigo Jiménez de Rada. Talvez isso se possa explicar devido à sua proximidade à corte de Castela, estando presente em vários acordos e cam-

⁹⁷ [...] Et aun demas que este casamiento podrie durar fasta tiempo que les fiziessen algunos herederos, et desi que o el papa otorgarie el casamiento, o se podrien ellos partir a tiempo por ley; et entre tanto passarien las yentes et el tiempo en paz et en bien, desuiando muchos males”. *Idem*.

⁹⁸ “Ahora, pues que por la gracia de Dios et por este casamiento uinieron pazes et amor entre los reyes de Castiella et de Leon et sus pueblos et sus regnos, dexa la estoria los fechos destes reyes ell uno contral otro, et torna a contar de como el rey don Alfonso de Castiella se membraua de los tuertos que el rey don Sancho de Nauarra le fiziera, et guiso de se uengar dellos”. ALFONSO X, *op. cit.*, p. 682.

⁹⁹ *Ibidem*, p. 709.

panhas bélicas de Fernando III. E, claro, o tom do discurso em defesa do lado castelhano é notório, principalmente, antes da união com o reino de Leão.

Nota-se que a distância temporal entre os cronistas não gerou diferenças significativas entre os discursos, visto que, ao se considerar as duas narrativas, Leonor possui protagonismo, principalmente, quando se trata da realização do segundo casamento de sua filha. Portanto, a crônica se assemelha à de Rodrigo Jiménez de Rada, evidenciando que Alfonso X tinha conhecimento dessa obra. O discurso volta-se principalmente aos conflitos e desentendimentos entre os reinos cristãos e o almôada. As mulheres e os casamentos fazem parte do enredo somente quando outros cronistas já os mencionaram e os explicaram à sua maneira. Além disso, há o interesse político de Alfonso X ao relatar esses matrimônios. Afinal, em sua época, ele já sabia o que havia ocorrido: Castela estava unida ao reino de Leão. Ao enfatizar os acordos matrimoniais e seu sucesso como instrumentos políticos, legitima seu próprio reinado e dinastia.

Considerações finais

A partir da análise das crônicas e da historiografia evidencia-se uma prevalência dos discursos dos cronistas em relação aos casamentos. Porém, as obras historiográficas buscaram acrescentar explicações que ampliassem o escopo das fontes, apesar de as repetirem em vários momentos. Sobre as semelhanças, ambas as tipologias narrativas se baseiam nas afirmações de que os magnatas presentes no reino castelhano e leonês são ambiciosos e agem visando os seus próprios interesses e não os do reino. A historiografia em geral, tanto a mais recente quanto a antiga, repete o argumento de que o governo dos magnatas é um problema, porque gera o caos político e a desordem do reino. Isso é evidenciado tanto na obra de José Manuel Cerda quanto na de Luis Suárez Fernández, ao destacarem a menoridade como um contexto instável e a maioria como tempo de superação dos problemas. Outra seme-

lhança com as crônicas foi a justificativa de que os casamentos realizados objetivaram a paz e a boa convivência entre os reinos, reconhecido argumento de Juan de Soria, Rodrigo Jiménez de Rada e de Alfonso X, observando-se uma repetição integral dos argumentos das crônicas na historiografia analisada.

Todavia, existem diferenças em alguns aspectos. Um deles é a questão da maioria de Alfonso VIII, que alcança grande importância na historiografia, mas que a crônica não registra da mesma forma. A maioria do rei nas obras historiográficas embasa as explicações sobre os casamentos, embora quase não seja mencionada nas fontes, demonstrando que esse problema jurídico, ligado à legitimidade do ato de governar, parece afetar mais os historiadores do que os contemporâneos aos fatos. Assim, enquanto as crônicas colocam ênfase no matrimônio de Berenguela e Alfonso IX, como acontecimento de maior relevo e divisor de águas em termos políticos, a historiografia entende ser a maioria do rei.

Dessa mesma maneira, o matrimônio de Leonor e Alfonso VIII não é um acontecimento de grande importância para a historiografia, exceto quando ele é utilizado para criar a base do governo de Alfonso VIII, servindo para sua própria legitimidade. Exclui-se essa união do início da narrativa do reinado e se enfatiza o papel da rainha somente nos acordos dos casamentos de Berenguela ou no recebimento do dote, a região da Gasconha, desconsiderando qualquer ação de Leonor.

Para além da diferença, no restante se pode dizer que frequentemente os historiadores reafirmam a visão e conteúdos das crônicas. Nesse sentido, o casamento de Berenguela com Alfonso IX é celebrado por ambas as tipologias. Repete-se a narrativa como se fora descritivamente factual, sem levar em conta outras interferências históricas. Por exemplo, a forma como se manipulavam os impedimentos canônicos, coisa amplamente justificável pela agenda política dos cronistas das cortes castelhanas, mas que precisaria ser explicada pela historiografia. O estudo das fontes e de suas circunstâncias políticas deve ser feito com atenção, pois essas interpretações alteram a forma como os casamentos podem ser analisados e entendidos no medievo.

Sobre o matrimônio de Berenguela e Alfonso IX, além da questão do impedimento canônico, há a necessidade de compreendê-lo como uma união que foi bastante favorável à rainha, visto que esse foi um momento de grande participação política dela no reino de Leão e Castela, ainda que mais indiretamente no segundo caso. E, posteriormente, o reconhecimento construído nesse contexto foi primordial para a regência e legitimação de seu filho, Fernando III, na unificação dos reinos.

Com relação a Leonor, a maior parte da historiografia a reconhece como uma rainha ativa e protagonista dos matrimônios de sua filha, embora Gonzalo Martínez Díez a apresente como manipuladora do marido. Entretanto, o papel de Leonor foi amplamente reconhecido pelos cronistas, principalmente por Rodrigo Jiménez de Rada, o que talvez se justifique também pela proximidade entre eles. A sua atuação estratégica nos matrimônios também foi reconhecida por Alfonso X, que a caracterizou como uma rainha “ajuizada”.

Sobre Berenguela existe um consenso maior. Tanto a historiografia quanto as crônicas a destacam como agente ativo em seus matrimônios. No caso das crônicas, especificamente Rodrigo Jiménez de Rada elogia a rainha, que a compara a seu pai e a seu irmão. Apesar disso, o cronista reconhece a sua legitimidade e critica fervorosamente os magnatas, principalmente o conde Álvaro, tutor de Enrique. Porém, a crítica aos aristocratas é, como referido, comum às duas tipologias

As obras historiográficas pautam-se frequentemente em explicações que opõem a monarquia à nobreza, o que se mostra pouco operativo para compreender as lógicas de poder do período, que se pautavam por uma concepção corporativa. A monarquia não se limita às ações do rei, mas opera por meio de redes políticas compostas pelo próprio monarca, pela rainha e parentelas magnáticas. Essas redes se constroem por disputas e uma contínua luta pela legitimidade,¹⁰⁰ colocando os opositores na ilegitimidade. Tal cenário parece mais adequado, mais de acordo com a dinamicidade política registrada nas crônicas, do que a de uma imagem “proto absolutista” da monarquia. De

¹⁰⁰ COELHO, Maria Filomena. Um universo plural: política e poderes públicos na Idade Média (séc. XII – XIII). In: *La Edad Media en perspectiva latino-americana*. San José: Ed. de la Universidad Nacional de Costa Rica, 2017, p. 19.

toda forma, o aspecto das redes não foi o objeto central deste trabalho, coisa que pretendemos desenvolver em outra etapa.

Sobre o campo de estudos de *Queenship*, pode-se enfatizar o estudo das rainhas e suas ações a depender de cada caso, caracterizando-o como uma abordagem que oferece possibilidades para explicar o poder das mulheres, que não era completamente eclipsado pelo monarca. Apesar de sua relevância, o campo ainda precisa de maiores aprofundamentos para caracterizar melhor os poderes das rainhas e suas transformações.

Os casamentos de Leonor e Berenguela são importantes exemplos de como as mulheres possuíam poder e autoridade para criar enlaces, patrocinar causas e exercer diversos papéis atinentes ao ofício de rainha. A dinâmica dos poderes em torno da memória dos matrimônios, imortalizada pelas crônicas, está em disputa e a historiografia precisa, por um lado, reconhecer e ampliar as suas pesquisas em torno das mulheres e seus protagonismos na Idade Média; por outro, refletir metodologicamente com relação à incorporação dos discursos das fontes documentais.

Referências

Fontes documentais

ALFONSO X. *Primera Crónica General: Estoria de España*. Editor: Ramón Menéndez Pidal. Madrid: Bailly-Bailliere e hijos, 1906.

JIMÉNEZ DE RADA, Rodrigo. *Historia de los hechos de España*. Tradução: Juan Fernández Valverde. Madrid: Alianza Editorial, 1989.

OBRAS del padre Juan de Mariana. Editor: M. Rivadeneyra. Madrid: [s.n.], 1854.

SORIA, Juan de. *Crónica latina de los reyes de Castilla*. Tradução: Luis Charlo Brea. Cadiz: Universidad de Cadiz, 1984.

Bibliografia

ÁLVAREZ PALENZUELA, Vicente Ángel (Coord.). *Historia de España de la Edad Media*. Barcelona: Editorial Planeta, S. A., 2019.

BÁRÁNY, Atila. Medieval Queens and Queenship: a retrospective on income and power. In: RASSON, Judith; SÁGHY, Marianne. *Annual of medieval studies at CEU, Hungary*, vol. 19, 2013.

BEEM, Charles. *Queenship in Early Modern Europe*. Londres: Red Globe Press, 2020.

BENITO, Núria et al. *Las relaciones en la Historia de la Europa Medieval*. Valencia: Tirant lo Blanch, 2006.

BIANCHINI, Janna. *The Queen's hand, power and authority in the reign of Berenguela of Castile*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2012.

BIANCHINI, Janna. A mirror for a queen? Constructions of queenship in twelfth- and thirteenth-century León-Castile. *Journal of Medieval History*, vol. 45, pp. 432-456, 2019.

BOWIE, Colette Marie. *The daughters of Henry II and Eleanor of Aquitaine: a comparative study of twelfth-century royal women*. PhD thesis, 2011.

CERDA COSTABAL, José Manuel. Leonor Plantagenet y la consolidación castellana en el reinado de Alfonso VIII. *Anuario de Estudios Medievales*, 42/2, pp. 629-652, julio-diciembre de 2012.

CERDA COSTABAL, J. M.; MARTÍNEZ LLORENTE, F. Un documento inédito y desconocido de la cancillería de la reina Leonor Plantagenet. *En La España Medieval*, v. 42, p. 59-91, 24 jun. 2019.

COELHO, Maria Filomena. Um universo plural: política e poderes públicos na Idade Média (séc. XII – XIII). In: *La Edad Media en perspectiva latino-americana*. San José: Ed. de la Universidad Nacional de Costa Rica, 2017.

DUBY, Georges. *A Idade Média, Idade dos Homens*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017 (1988).

_____; KLAPISCH-ZUBER, Christiane; PERROT, Michelle. *História das mulheres* – Livro 2: A Idade Média. Porto: Afrontamento, 1990.

EARENFIGHT, Theresa. *Queenship in Medieval Europe*. New York: Palgrave Macmillan, 2013.

EARENFIGHT, Theresa. Without the Persona of the Prince: Kings, Queens and the Idea of Monarchy in Late Medieval Europe. *Gender & History*, [s. l.], v. 19, n. 1, p. 1-21, 20 abr. 2007. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1468-0424.2007.00461.x>. Acesso em: 8 fev. 2022.

ESTEPA DÍEZ, C.; ALVAREZ BORGE, I.; SANTAMARTA LUENGOS, J.M. *Poder real y sociedad: estudios sobre el reinado de Alfonso VIII, 1158-1214*. León: Universidad de León, Área de Publicaciones, 2011.

GUIMARÃES, M. L. Crônica de um gênero histórico. *Revista Diálogos Mediterrânicos*, [S. l.], n.2, p.67–78, 2012. Disponível em: <https://www.dialogosmediterrânicos.com.br/index.php/RevistaDM/article/view/23>. Acesso em: 19 jul. 2021.

MANZANO MORENO, Eduardo. *Historia de España*. Barcelona: Crítica/Marcial Pons, 2010.

MARTIN, Georges. Negociación y diplomacia en la vida de Berenguela de Castilla (1214-1246). Cuestionamiento genérico. *e-Spania* [En línea], n. 4, diciembre 2007, 16 dez. 2012. Disponível em: <http://journals.openedition.org/e-spania/21609>. Acesso em: 26 maio de 2020.

MARTÍNEZ DÍEZ, Gonzalo. *Alfonso VIII, rey de Castilla y Toledo, 1158-1214*. Gijón: Ediciones Trea, S. L, 2007.

MATILLA, Enrique Rodríguez-Picavea. Consolidación de los cinco reinos y apogeo del imperio almohade. In: ÁLVAREZ PALENZUELA, Vicente Ángel. *Historia de España de la Edad Media*. Barcelona: Ariel, 2019.

MONSALVO ANTÓN, José María. *La construcción del poder real en la Monarquía castellana (siglos XI-XV)*. Madrid: Marcial Pons, Ediciones de Historia, S. A., 2019.

PARSONS, John Carmi. *Medieval Queenship*. New York: St. Martin's Press, 1993.

PELAZ FLORES, D. La imagen de la reina consorte como muestra de poder en el reino de Castilla durante el siglo XV. Construcción y significado. *Medievalismo*, [S. I.], n. 23, p. 265-290, 2013. Disponível em: <https://revistas.um.es/medievalismo/article/view/183311>. Acesso em: 25 ago. 2020.

PRUDENTE, Luísa Tollendal. *Perspectivas da normatização do casamento na Castela afonsina, uma leitura das Siete Partidas*. 2015. 218f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2015.

RODRÍGUEZ, Ana. *La estirpe de Leonor de Aquitania: Mujeres y poder en los siglos XII y XIII*. Barcelona: Crítica, 2014.

RODRÍGUEZ, Ana. Forging collective memory: Las Navas and Bouvines. *Journal of Medieval Iberian Studies*, vol. 4, No. 1, pp. 15-19, 2012.

ROMERO, Miguel. *Leonor de Inglaterra, Reina de Castilla*. Ediciones Nowtilus, 2014.

ROSÁRIO, Thais do. *O papel de Berenguela de Castela (1180-1246) na unificação dos reinos de Castela e Leão (1230) segundo a Historia de los hechos de España*. 2019. 109f.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

RUI, A. J. Berenguela: de instrumento de aliança e paz a rainha e articuladora política dos interesses do reino de Castela. *Revista Diálogos Mediterrânicos*, [S. I.], n. 10, p. 174-188, 2016, Disponível em: <https://www.dialogosmediterraneos.com.br/index.php/RevistaDM/article/view/196>. Acesso em: 15 ago. 2020.

SANTOS-SILVA, Danielle Oliveira. *Estas Senhoras Rainhas: Trajetórias de Poder na Realza Medieval Portuguesa (Séculos XII ao XV) – Um Estudo De Queenship*. 2018.174p. Tese (Doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2018.

SHADIS, Miriam. *Berenguela of Castile (1180-1246) and political women in the High Middle Ages*. New York: Palgrave Macmillan, 2009.

SILLERAS FERNÁNDEZ, Núria. Queenship en la corona de Aragón en la baja Edad Media: Estudio y propuesta terminológica. *La corónica: A Journal of Medieval Hispanic Languages, Literatures, and Cultures*, vol. 32, n.1, p. 119-133, 2003.

SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis. *Historia de España: Edad Media*. Editorial: Gredos, S.A., Madrid, 1970.

WALKER, Rose. Leonor of England, Plantagenet queen of King Alfonso VIII of Castile, and her foundation of the Cistercian abbey of Las Huelgas. In *Imitation of Fontevraud?*. *Journal of Medieval History*, vol. 31, p. 346-368, 2005.